

As relações Brasil e Estados Unidos sob o novo governo Trump

» ROBERTO GOULART MENEZES

Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (Ineu)

A vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos trará novos desafios e dificuldades para a política externa brasileira a partir de 2025. A primeira delas provavelmente será no campo comercial e econômico. Trump deve repetir as políticas protecionistas contra setores industriais na sua cruzada para diminuir o déficit das importações que foi de US\$ 773 bilhões em 2023. Embora os EUA registrem superávit no comércio com o Brasil, a adoção de políticas indisciplinadas por parte deles pode afetar alguns setores das exportações brasileiras.

Nesse campo, o alvo principal da política comercial de Trump será a China. Como Pequim tem estreitado os laços econômicos e comerciais com a América Latina e, em especial com o Brasil, a ofensiva dos Estados Unidos sobre a China pode também significar o aumento das pressões sobre o nosso país.

A diplomacia é outra área que exigirá do Brasil uma dose extra de pragmatismo para contornar certos obstáculos que devem surgir na gestão Trump. A esse respeito, o tema da Venezuela é um dos mais sensíveis. Depois de todo o empenho do governo Lula junto ao regime de Nicolás Maduro para a realização de eleições democráticas em troca da suspensão de parte das sanções impostas pelos EUA, conforme o Acordo de Barbados (outubro de 2023), o Brasil aos poucos vem se afastando da crise política venezuelana. O

futuro governo Trump deve retomar as sanções e pode até mesmo adotar medidas ainda mais duras contra o governo Maduro. Isso provocaria instabilidade política na região e obrigaria o Brasil a retomar os esforços para que o diálogo prevaleça.

O governo Lula vem reconstruindo a política externa do país desde janeiro de 2023, a partir de três eixos fundamentais: a relação com as grandes potências, a integração regional e a política ambiental. Em particular, a reconstrução da imagem internacional do país passa necessariamente pelo êxito na articulação de uma agenda global para a governança do clima. Aliás, nos dois primeiros anos do governo Lula, essa é a área que mais tem contribuído para reinserir o país na agenda global. A realização da COP30 em 2025 no Brasil assim como a Cúpula da Amazônia, em agosto de 2023, são parte desse esforço. Outro importante evento internacional é a Cúpula do G20 Financeiro, que será realizada nos dias 18 e 19 deste mês, no Rio de Janeiro, e serviria para projetar a política externa brasileira em seu novo momento. Agora, a tendência é o evento ser ofuscado pelo resultado eleitoral dos EUA. O próprio G20 Financeiro, como principal fórum de temas econômicos e financeiros, deve sofrer com a gestão Trump, que tende a esvaziar a sua importância.

Em síntese, é na política ambiental que o Brasil terá um dos temas mais difíceis nas relações com o futuro governo dos EUA. Negacionista climático

e científico, Trump pretende retirar os Estados Unidos novamente do Acordo de Paris, investir maciçamente nos recursos energéticos fósseis e buscar desfazer todas as realizações do governo de Joe Biden na área ambiental. Em relação ao Brasil, Trump deve cancelar a doação ao Fundo Amazônia anunciada por Biden em 2023, assim como não deve prestigiar a COP 30 em Belém (Pará), que será realizada no próximo ano. Além disso, o segundo maior emissor de gases de efeito estufa (GEE) abandonará os acordos multilaterais e qualquer outro esforço no enfrentamento da crise climática.

Vale notar que coube ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expressar o sentimento do governo brasileiro com relação à eleição de Trump. Perguntado sobre as possíveis consequências da vitória de Trump para o Brasil, ele respondeu afirmando que o mundo amanheceu tenso. Essa tensão se manifesta de muitas maneiras e, para a democracia brasileira, a vitória da extrema-direita nos EUA pode significar o fortalecimento ainda maior dos aliados de Trump no Brasil.

Assim, as turbulências que se avizinham com o início do mandato de Trump devem sacudir a geopolítica global e podem implicar em ajustes na política externa brasileira. E, talvez, somente o pragmatismo não seja suficiente para atravessar esse novo período nas relações Brasil-Estados Unidos.

A disputa pela hegemonia no Oriente Médio

» REGINALDO MATTAR NASSER

Professor livre-docente na área de relações internacionais da PUC (SP), coordenador do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI PUC-SP) e pesquisador do Instituto de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU)

» ISABELA AGOSTINELLI

Pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre Estados Unidos (INCT-INEU) e do Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais (GECI PUC-SP)

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tornou-se um hábito tentar construir cenários para a política externa dos Estados Unidos quando ocorrem as eleições presidenciais. Com a eleição de Trump, essa expectativa tornou-se maior ainda, pois se trata de alguém que é verborrágico e agressivo em seus discursos. Uma influente analista identificada com o partido democrata, Anne Applebaum, chegou a dizer que Trump estava falando como Hitler, Stalin e Mussolini usando as táticas da década de 1930.

Muito embora a figura presidencial seja importante no processo decisório na política externa dos EUA, o Congresso, em sintonia com lobbies e organizações, é um ator decisivo. Um acontecimento histórico importante, que marcou decisivamente a história dos EUA e revelou o poder do Congresso, foi o veto do Senado ao ingresso do país na Liga das Nações como queria o presidente Woodrow Wilson, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Além disso, não se pode desconsiderar as mudanças de contextos que podem ser imperativas na reformulação de estratégias políticas. Durante a campanha eleitoral de 1932 nos EUA, os temas relacionados à crise econômica obscureceram os temas de política externa. O então candidato Franklin D. Roosevelt criticou seu adversário por se envolver demasiadamente em questões relacionadas à Europa e propôs focar nos problemas que aconteciam nas cidades e estados norte-americanos. Como se sabe, após ser eleito, Roosevelt se tornou um dos presidentes mais internacionalistas na história.

Feitas essas ressalvas, podemos fazer algumas inferências a respeito da conduta internacional do governo Trump que retorna à presidência num contexto de pleno envolvimento dos EUA em duas frentes de guerra: na Ucrânia e na Palestina.

Por um lado, é esperado que Trump interrompa ou diminua o envio de ajuda militar e busque acordos com a Rússia para pôr fim à guerra na Ucrânia, condizente com seu objetivo de realizar o interesse nacional dos EUA (*American First*), além do bom relacionamento diplomático com Putin. Por outro lado, as expectativas de mudança na condução da política externa para o Oriente Médio são baixas. Seu primeiro mandato foi marcado por um apoio sem precedentes a Israel. Trump se retirou do Acordo Nuclear assinado em 2015 com Irã e países europeus e, logo em seguida, retomou as sanções econômicas ao país. Ademais, o republicano encerrou o financiamento fornecido à UNRWA, Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina, responsável por dar assistência humanitária aos 5,9 milhões de refugiados palestinos registrados.

Teve destaque na sua administração a elaboração dos Acordos de Abraão, que pautavam um processo de "normalização" das relações de países árabes (Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Marrocos e Sudão) com Israel. O grande problema, como se pode notar, foi a ausência da Arábia Saudita nesse processo. De qualquer maneira, na visão de Trump, os Acordos de Abraão cumpriram dois objetivos principais: uma "coalizão anti-Irã" e desvincular a questão Palestina dos países árabes por meio da chamada "paz de mercado". Nessa concepção, a estabilidade regional seria decorrente das boas relações comerciais entre o "mundo árabe" e os israelenses, que não mais teriam a questão Palestina como empecilho. Com isso, Trump avançou seu famoso plano de paz para o Oriente Médio.

A chegada de Biden à presidência não alterou essa tendência, apesar de alardear mudanças na política para o Oriente Médio. Pelo contrário, Biden tentou dar sequência aos Acordos de Abraão se esforçando pela inclusão da Arábia Saudita. Entretanto, as negociações foram paralisadas após o ataque do Hamas em outubro de 2023 que gerou a ação militar israelense. O democrata não só manteve o apoio histórico a Israel, como o aumentou diante do genocídio em Gaza, chegando ao montante recorde de 17,9 bilhões de dólares em ajuda militar a Israel desde os ataques de 7 de outubro.

Alguns analistas chegaram a dizer que, com a invasão do sul do Líbano e a troca de ataques com Irã aumentando a possibilidade de uma guerra regional, as relações EUA-Israel chegaram a um momento crítico. Apesar de haver um certo mal estar na ala esquerda do Partido Democrata, o consenso partidário em torno do apoio a Israel continua bastante sólido.

Entretanto, o fortalecimento da presença econômica e diplomática da China (que mediou a normalização das relações entre Irã e Arábia Saudita) no Oriente Médio, bem como as sólidas relações da Rússia com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (que não aderiram às sanções europeias e estadunidenses imposta aos russos) revelam um novo momento no Oriente Médio.

Uma das críticas mais contundentes de Trump a Biden é que os EUA perderam a capacidade de liderança na região, o que nos leva a levantar a hipótese de que haverá intensificação da disputa com Rússia e China. De qualquer forma, apesar de os EUA ainda serem um ator que vai às últimas consequências em seu apoio a Israel, é fato que já não são mais o poder hegemônico incontestante na região.



Tornar a América grande novamente para "dentro"

» LIA BAKER VALLS PEREIRA

Pesquisadora associada do FGV Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O slogan da campanha presidencial "Make America Greater Again" (MAKA, Tornar a América Grande Novamente) foi usado por Donald Trump na campanha de 2024 e 2016 e teve sua origem na campanha de Reagan (1980). Na campanha de Reagan, tornar "América Grande" foi acompanhada de medidas protecionistas seletivas de comércio, redução de impostos, aumento de gastos militares, elevação dos juros para fortalecimento do dólar e financiamento do déficit fiscal.

Em meados da década de 1980, o país conviveu com o déficit gêmeos (fiscal e externo), e mudanças de rumo nas políticas foram iniciadas. No âmbito externo, Reagan questionava as instituições multilaterais, como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que seria hoje a Organização Mundial de Comércio (OMC), por não atender aos interesses dos Estados Unidos. Questionava as instituições, mas queria reformas, não a extinção. O mundo vivia os últimos anos da Guerra Fria, a ameaça comercial vinha do Japão e a receita não era isolar os Estados Unidos, mas garantir a sua liderança na economia mundial. Se era protecionista, o justificava pelo fato de o resto do mundo ser fechado. A agenda dos Estados Unidos era de liberalização comercial e financeira nas negociações multilaterais.

A agenda de Trump tem algumas medidas similares às de Reagan, como aumento de impostos e medidas protecionistas, mas o contexto e a motivação são distintos. Trump não expressa interesse em reformar as instituições multilaterais. "Tornar a América Grande Novamente" parte de um projeto de fortalecimento do país com medidas voltadas para o mercado doméstico. O

aumento generalizado dos impostos, entre 10% e 60%, em relação aos produtos oriundos da China, é uma proposta entendida como mecanismo para proteger e estimular a produção doméstica.

Além do efeito inflacionário, a experiência mostra que a mera proteção não garante competitividade. Um exemplo é a indústria siderúrgica norte-americana, que tem sido alvo de medidas protecionistas desde os anos 1980. No governo Trump de 2016, o setor ganhou proteção extra justificada por razões de "segurança nacional". Outro efeito da proteção é a valorização do dólar, que estimula importações e inibe as exportações, enquanto as moedas dos parceiros sofrem desvalorização. A pressão inflacionária e o déficit fiscal (reduções tributárias) levam também ao aumento de juros, outra fonte de pressão para valorizar o dólar. Conter aumento de importações via tarifas poderá exigir aumentos contínuos de tarifas, ou então, o que é possível, medidas de restrições quantitativas (cotas), como foi feito com os produtos siderúrgicos e de alumínio em 2017. O "furor" protecionista de Trump pode ensejar medidas de retaliação pelos parceiros, como ocorreu em 2016. Numa proposta generalizada de aumento de impostos, e os parceiros respondendo na mesma direção, o resultado é a desaceleração do crescimento do comércio mundial ou a estagnação.

Aumento da inflação com a desvalorização da moeda, barreiras às exportações, aumento dos juros são alguns dos possíveis efeitos da política comercial de Trump que afetará o resto do mundo, inclusive, o Brasil.

Para o Brasil, porém, outra questão também é crucial. O fortalecimento, a reforma das instituições multilaterais, como a OMC, é uma bandeira do Brasil e de potências médias e pequenas que precisam de um quadro mínimo de regras para se protegerem de ações unilaterais. O mundo convive com desafios, como a mudança climática, políticas para transição energética, o impacto das novas tecnologias digitais, que requerem um diálogo para se identificar regras de convivência entre os países. Falta de diálogo e cooperação penalizará principalmente os países mais pobres. É nesse cenário que a posição de Trump assusta. O clima de tensão provocado por medidas unilaterais, que visam somente atender aos interesses dos Estados Unidos, afasta a possibilidade de cenários de transição não conflituosos. Ao sair do Acordo de Paris, como fez em 2016 e, provavelmente, vai repetir agora, torna cada vez mais distante uma solução negociada para a mudança climática.

Por último, fica a indagação de como será o término da Cúpula do G20 em 18 e 19 deste mês. As declarações ministeriais dos diversos grupos já foram finalizadas. Biden e Xi Jinping deveriam se encontrar, o que sinalizaria nos temas de convergência, como transição energética e mudança climática, um sinal positivo. O G20 não delibera, mas expressa diretrizes que os governos concordam. Agora é esperar como Trump vai se posicionar e, em especial, no encontro do G20 em 2026, que será presidido pelos Estados Unidos. É essa inquietude nos rumos da agenda internacional que Trump traz.